

PORTUGUÊS**1. CERTO.**

Na argumentação, procura-se principalmente formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está com o autor (ou falante), de que ele é quem está de posse da verdade. No texto, está presente a evidência das provas: os fatos propriamente ditos (o assassinato de mulheres) e os dados estatísticos, que são os números apresentados.

2. ERRADO.

A autora discorre sobre os aspectos positivos que serão trazidos por uma possível aprovação da Lei dos Femicídios. Os tempos verbais, como o futuro do pretérito, denotam que, quando da escrita do texto, a lei ainda não havia sido aprovada: “o nome facilitaria a esfera de aparição da mulher como vítima”.

3. CERTO.

No contexto apresentado, o termo “assim” foi empregado como advérbio, significando “deste, desse ou daquele modo; com características semelhantes; de natureza igual”. Assim, a substituição por desse modo não acarreta prejuízo nem para o sentido nem para a correção gramatical do texto.

4. ERRADO.

Essa interpretação extrapola os sentidos do texto. Não é possível afirmar que ela usou o vocábulo “asilo” e uma de suas acepções para fazer referência direta à impunidade dos homens que cometem violência doméstica e ficam impunes.

5. CERTO

O pronome sua é, no contexto, ambíguo, pode, portanto, fazer referência a proteção e a florestas.

6. ERRADO

O vocativo Excelentíssimo Senhor é empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder: Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

7. ERRADO

Admite o uso na primeira pessoa gramatical, desde que não afete a impessoalidade.

8. ERRADO

A redação oficial deve caracterizar-se por:

clareza e precisão;

objetividade;

concisão;

coesão e coerência;

impessoalidade;

formalidade e padronização; e

uso da norma padrão da língua portuguesa

INGLÊS**9. CERTO**

Enunciado: It can be concluded from the text that working to raise young people's self-esteem and values is a way to stop these people from becoming criminals.

(Conclui-se do texto que, trabalhar para elevar a autoestima e os valores do jovem é uma forma de impedir que estas pessoas se tornem criminosas).

No texto: L.19 Building young people's self-esteem and values provides resilience against criminal predators' misguidance.

Construir a autoestima e valores dos jovens proporciona resiliência contra as más orientações do predadores criminosos.

10. ERRADO

Pode-se perceber através do primeiro parágrafo: "The same nerves involved in the fight-or-flight response can cause permanent damage to the cells responsible for producing hair color in mice, scientists have found. There is some truth to the longstanding anecdote that your locks can lose color when you're stressed. " Tradução-->Os mesmos nervos envolvidos na luta ou fuga podem causar danos permanentes às células responsáveis pela produção da cor do cabelo nos camundongos, cientistas descobriram que conforme a antiga anedota seus cabelos podem perder a cor quando você está estressado. No primeiro parágrafo, o texto diz que existe uma crença antiga (longstanding anecdote) que as mechas de uma pessoa podem perder a cor quando ele/ela está estressado(a).

11. CERTO

Enunciado: Before the study mentioned in the text, a connection between stress and hair graying had never been found in science.

(Antes do estudo mencionado no texto, uma conexão entre o estresse e o cabelo grisalho nunca tinha sido encontrado na ciência.)

Texto: L.26 The findings provide the first scientific link between stress and hair graying. The new study is an importante step toward understanding the role of stress on various tissues

(As pesquisas fornecem A PRIMEIRA LIGAÇÃO entre o estresse e o cabelo grisalho. O NOVO ESTUDO é um importante passo em direção ao entendimento do papel do estresse em ...)

12. ERRADO

Enunciado: Melanocytes are hair follicles which create different color shades in hair and skin.

(Os melonócitos são folículos capilares que criam tons de cores diferentes no cabelo e na pele.)

No texto: l.7 A team of researchers has found that in mice, stressful events damage the stem cells that are responsible for producing pigment in hair. these stem cells, found near the base of each hair follicle, differentiate to form more specialized cells called melanocytes, which generate the brown, black, red and yellow hues in hair and skin.

(Uma equipe de pesquisadores descobriu em camundongos, que eventos estressantes danificam as células-tronco responsáveis pela produção de pigmento no cabelo. essas células-tronco, encontradas próximas à base de cada folículo capilar, se diferenciam para formar células mais especializadas chamadas melanócitos, que geram os tons de marrom, preto, vermelho e amarelo no cabelo e na pele.)

13. CERTO

Stress makes the stem cells differentiate faster, exhausting their number and resulting in strands that are more likely to be transparent — gray.



Tradução--> Estresse faz com que as células-tronco se diferenciem mais rápido, exaurindo seus número e resultando em fios que são mais prováveis de ser transparente - cinza.

Likely: Provável, suscetível, possível, plausível...

14. ERRADO

A partir da linha 17 ele diz que "“Normally, the sympathetic nervous system is an emergency system for fight or flight, and it is supposed to be very beneficial or, at the very least, its effects are supposed to be transient and reversible,” said Ya-Chieh Hsu"

Portanto, os efeitos do sistema nervoso simpático são transitórios ("transient") e reversíveis ("reversible") e não permanentes como afirma a questão.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

15- ERRADO - Não há judiciário entre si, o Executivo e o Legislativo.

Art. 53. São Poderes do Distrito Federal, independentes e harmônicos

§ 1º É vedada a delegação de atribuições entre os Poderes.

16- ERRADO - Art.151§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Como a questão colocou despesa de capital, então generalizou deixando o item errado.

17- CERTO

A própria LC já registra isso.

O § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação: A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unai, no Estado de Minas Gerais.

18- ERRADO -

EIXO 5

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

Objetivo Geral

Fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, por meio da promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que contribuam para a construção de valores e atitudes equânimes e democráticas na implementação de políticas de igualdade de gênero. [...]

Metas

- Ampliar o número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do Governo do Distrito Federal;



19. ERRADO

De acordo com a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), o cargo de Subcomandante-Geral deve ser exercido por um Oficial do posto de Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares da ativa, e não por um Tenente-Coronel.

O Comando-Geral da PMDF é composto pelo Comandante-Geral, Subcomandante-Geral e Chefe do Estado-Maior. O Subcomandante-Geral, que é o segundo na hierarquia do Comando-Geral, tradicionalmente deve ser um Coronel, o mais alto posto dentro da carreira militar da Polícia Militar, garantindo que a posição seja ocupada por um oficial com vasta experiência e conhecimento.

Portanto, a afirmativa de que o cargo de Subcomandante-Geral deve ser exercido por um Tenente-Coronel está incorreta.

20. CERTO

O CMT indica e o governador nomeia

Art. 17. Os cargos de Subcomandante-Geral e de Chefe do Estado-Maior da Corporação serão exercidos por Oficiais do posto de Coronel PM do Quadro de Oficiais Policiais Militares, indicados pelo Comandante-Geral e nomeados pelo Governador do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei n. 12.086, de 2009). § 1º Quando a escolha de que trata este artigo não recair no oficial PM mais antigo no posto, o escolhido terá precedência funcional sobre os demais. § 2º O substituto eventual do Chefe do Estado-Maior será o Subchefe do Estado-Maior.

21. CERTO

Art. 61. O Subcomandante-Geral é o substituto do Comandante-Geral, em seus impedimentos eventuais.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Subcomandante-Geral, responde o Chefe do Estado-Maior, seguido do Chefe de Departamento mais antigo no posto de coronel.

22. CERTO

Aprestamento - Conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial-militar pronta para emprego imediato.

CRIMINOLOGIA**23. CERTO**

As três principais características do crime para a Teoria da Subcultura Delinquente são:

Não utilitarismos da ação, ou seja, a ação não tem utilidade, é um ato de contestação. Se estivermos estudando um furto, por exemplo, o objeto furtado não será usado para comprar coisas ou será consumido. O furto não foi realizado porque o grupo queria ter aquele bem e não podia comprá-lo, ou para vendê-lo e compra outras coisas. De acordo com a Subcultura Delinquente, a intenção com esse furto não era o aproveitamento material e sim a contestação do modelo de sociedade que valoriza sobremaneira o “ter”;

Malícia da conduta, ou seja, prazer em ver o outro sofrer. É um sadismo. Se roubarem a bolsa de uma velhinha, por exemplo, é pela graça de ver a velhinha sem rumo e não pelo valor que tem a bolsa;

Negativismo, ou seja, nega o valor dominante, baseia-se em outros valores. A conduta criminosa nega a conduta dominante na sociedade, é baseada nos valores do grupo. Como um grupo de jovens pichadores que escrevem em edifícios e monumentos da cidade. É uma contraposição à ordem majoritária, realizam atos de contestação. E além das três características já citadas, Albert K. Cohen, ainda acrescenta a versatilidade, o hedonismo-imediatista e a autonomia do grupo como características secundárias.

Versatilidade: capacidade de cometer diferentes tipos de delitos, sem se especializar em um único tipo de crime. Eles podem roubar, vandalizar, usar drogas, entre outras atividades ilegais.



Hedonismo-imediatista: busca do prazer imediato, sem se preocupar com as consequências a longo prazo. Há uma forte valorização da emoção do momento, em vez de pensar nas possíveis consequências futuras de seus atos.

Autonomia do grupo: o grupo é visto como sua principal fonte de identidade e apoio, em vez de depender de suas famílias ou da sociedade em geral. Eles se sentem mais confortáveis com outros membros da subcultura delinquente e tendem a buscar a aprovação do grupo em vez da sociedade em geral.

24. CERTO

Funcionalismo:

Teleológico / dualista / moderado ou de política criminal: Claus Roxin

A função do direito penal é proteção dos bens jurídicos penalmente relevantes.

A pena só será legítima se atender a função de prevenção geral e especial.

Radical / sistêmico / monista: Günther Jakobs

Reafirmar a vigência da norma, pois o bem jurídico já foi violado.

Demonstrar que a norma ainda é vigente.

25. ERRADO

Trata-se do funcionalismo sistêmico / monista (de Jakobs) e não o funcionalismo moderado (de Claus Roxin)

Funcionalismo sistêmico - Günther Jakobs: função do Direito Penal é a reafirmação da norma, assegurar a vigência do sistema.

Deu ensejo a exumação da Teoria Do Direito Penal do Inimigo.

O direito penal do inimigo já era tratado por John Lock, São Thomas de Aquino e outros antigos.

Antecipação da punibilidade

Prepondera o direito penal do autor

Endurecimento da execução penal

Restrição de garantias penais e processuais

Direito Penal de terceira velocidade.

26. ERRADO

A teoria da associação diferencial, desenvolvida por Edwin Sutherland, um dos maiores influenciadores da criminologia moderna, desmistifica a tese de que somente pessoas menos favorecidas financeiramente ou socialmente eram criminosas, demonstrando que crimes também são praticados por pessoas com reputação diante da sociedade. A influência criminógena depende do grau de intimidade e do contato interpessoal.

DIREITOS HUMANOS

27. CERTO

A primeira fase de internacionalização da proteção dos direitos humanos, que se desenrolou principalmente no século XIX e início do século XX, foi caracterizada por três tendências principais: o direito humanitário, a luta contra a escravidão e a regulação dos direitos do trabalhador assalariado. Vamos analisar cada uma dessas tendências com mais detalhes:

Direito Humanitário:

O direito humanitário começou a se consolidar no século XIX, particularmente com os esforços de Henri Dunant, que testemunhou as atrocidades da Batalha de Solferino em 1859 e fundou o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em 1863.

A Convenção de Genebra de 1864 foi um marco significativo, estabelecendo normas para a proteção de soldados feridos e doentes em conflitos armados. Posteriormente, outras convenções e tratados expandiram a proteção para prisioneiros de guerra e civis.

Este movimento visava humanizar os conflitos armados e estabelecer padrões mínimos de tratamento para aqueles que não participam diretamente das hostilidades.

Luta Contra a Escravidão:

A abolição da escravidão foi um dos primeiros movimentos internacionais de direitos humanos. Em 1807, o Reino Unido aboliu o comércio de escravos, seguido por outros países ocidentais ao longo do século XIX.

A Declaração de Viena de 1815 condenou o tráfico de escravos, e a Conferência de Bruxelas de 1890 procurou suprimir a escravidão e o comércio de escravos na África.

Esses esforços culminaram em uma série de tratados bilaterais e multilaterais, visando erradicar a escravidão e o comércio de escravos globalmente.

Regulação dos Direitos do Trabalhador Assalariado:

Com a Revolução Industrial, surgiram novas preocupações sobre as condições de trabalho, particularmente nas fábricas e minas.

Movimentos sindicais e reformas sociais começaram a pressionar por melhores condições de trabalho, horários de trabalho razoáveis, e proteção contra abusos.

Em 1919, a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) formalizou os esforços internacionais para regular os direitos dos trabalhadores. A OIT estabeleceu convenções que definiram padrões mínimos para condições de trabalho, horas de trabalho, segurança no trabalho e outros direitos laborais.

Essas três tendências refletiram um crescente reconhecimento da necessidade de normas internacionais para proteger os direitos humanos básicos em diferentes contextos. Juntas, elas lançaram as bases para os desenvolvimentos subsequentes na proteção dos direitos humanos no século XX, incluindo a criação das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

28. ERRADO

Em uma breve síntese, temos que a questão apresentada pela banca examinadora, traz uma afirmação interessante sobre o Brasil e seu compromisso com os direitos humanos, especificamente através do Pacto de São José da Costa Rica.

Dito isso, com calma, vamos entender os motivos que levam a questão a estar incorreta. Vejamos:

De início, temos que o Brasil, ao ratificar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e reconhecer a competência da Corte Interamericana, se submeteu de fato à jurisdição desta corte para casos ocorridos após a data de reconhecimento da competência contenciosa, que é 10 de dezembro de 1998.

Isso significa, que o Brasil está obrigado a respeitar as decisões da Corte Interamericana, que podem incluir desde sentenças que condenam o Estado a reparar violações de direitos humanos.

Além disso, o termo "controle de convencionalidade" se refere à obrigação dos Estados de verificar se suas leis internas estão em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos dos quais são parte.

No caso do Brasil, isso não se limita apenas a observar, mas também inclui o exercício deste controle.

Isso foi estabelecido pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que afirma a necessidade de todos os níveis do judiciário brasileiro realizarem o controle de convencionalidade das normas internas em relação aos tratados internacionais, o que inclui a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Logo, fazendo um apanhado geral, temos que a afirmação de que o Brasil deve "observar, mas não exercer" o controle jurisdicional de convencionalidade está errada, pois na verdade, o controle de convencionalidade é um mecanismo ativo, por meio do qual o judiciário não apenas observa, mas assegura que as leis nacionais não contrariem os compromissos internacionais assumidos, especialmente em matéria de direitos humanos.

29. CERTO

DIREITOS FUNDAMENTAIS: conjunto de valores e direitos positivados na ordem interna de determinado país para a proteção da dignidade da pessoa.

DIREITOS HUMANOS: conjunto de valores e direitos na ordem internacional para a proteção da dignidade da pessoa. São direitos que estabelecem um nível protetivo (standard) mínimo que todos os Estados devem respeitar, sob pena de responsabilidade internacional. Assim sendo, garantem às pessoas sujeitas à jurisdição do Estado meios de vindicação de seus direitos, para além do plano interno, nas instâncias internacionais de proteção”.

30. ERRADO

Art. 12, Ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

31. CERTO

O senso de limpeza (Seiso) do sistema 5S contribui significativamente para a detecção de falhas e problemas no ambiente de trabalho. Manter um ambiente limpo permite que os colaboradores identifiquem mais facilmente vazamentos, desgastes, danos em equipamentos e outras anomalias que poderiam passar despercebidas em um ambiente desorganizado ou sujo. Além disso, um espaço limpo e organizado é mais agradável e seguro para os colaboradores, promovendo a saúde, a segurança e o bem-estar no local de trabalho.

32. CERTO

O desenvolvimento da gestão da qualidade pode, de fato, ser rastreado até o período pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países, em resposta às dificuldades econômicas e à necessidade de eficiência, começaram a investir em métodos de produção e gestão da qualidade mais eficazes. A combinação de escassez de recursos, demanda crescente e a necessidade de melhorar a eficiência levou à evolução e adoção de novas práticas e filosofias de gestão da qualidade, que desempenharam um papel crucial na recuperação e no crescimento econômico das décadas seguintes.

1. Estados Unidos:

A gestão da qualidade foi influenciada por figuras como W. Edwards Deming e Joseph Juran. Eles introduziram conceitos importantes sobre controle de qualidade e gestão de qualidade total. Eles ajudaram a estabelecer fundamentos para métodos estatísticos de controle da qualidade e práticas de gestão que visavam melhorar a eficiência e a qualidade dos processos produtivos.

2. Japão:

A gestão da qualidade foi amplamente desenvolvida e aplicada com o apoio de consultores e práticas importadas dos Estados Unidos. O Japão adotou e adaptou rapidamente as técnicas de controle de qualidade, desenvolvendo métodos como o Just-in-Time (JIT) e o Total Quality Management (TQM). O país se tornou conhecido por sua capacidade de melhorar a eficiência e a qualidade de seus produtos, o que foi essencial para sua recuperação econômica e crescimento industrial.

33. CERTO

Os processos organizacionais podem ser classificados como:

Processos Primários (ou Finalísticos):

São diretamente relacionados à missão da organização.

Entregam valor diretamente ao cliente ou usuário final.

Estão alinhados com a missão, visão e objetivos estratégicos da organização.

Exemplos: Processos de atendimento ao cliente, produção de bens ou serviços principais da organização.

Processos Secundários (ou de Suporte):

Apoiam os processos primários.

Não entregam valor diretamente ao cliente, mas são essenciais para o funcionamento eficiente da organização.

Exemplos: Gestão de recursos humanos, tecnologia da informação, contabilidade, manutenção.

Processos Gerenciais:

Envolvem a direção e controle das atividades organizacionais.

Incluem atividades de planejamento estratégico, gestão de desempenho, controle financeiro.

A definição apresentada no item está correta. Os processos finalísticos são, de fato, processos técnicos que estão diretamente relacionados com a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos da organização. Eles são essenciais para a realização dos objetivos principais da organização e para a entrega de valor ao cliente final.

34. CERTO.

A departamentalização por projetos é uma forma de estrutura organizacional onde as equipes funcionais são agrupadas com base em projetos específicos. Algumas das vantagens desse tipo de estrutura incluem:

1. ****Agrupamento de Equipes Funcionais****: Permite que equipes especializadas em diferentes funções (como marketing, engenharia, produção, etc.) sejam reunidas para trabalhar em projetos específicos. Isso facilita a colaboração e o uso eficiente dos recursos.

2. ****Facilidade no Planejamento Detalhado****: Como cada projeto tem suas equipes dedicadas e especializadas, o planejamento detalhado para a produção de produtos ou entrega de serviços pode ser mais preciso e adaptado às necessidades específicas de cada projeto.

3. ****Adaptação da Organização aos Projetos****: Essa estrutura permite que a organização se adapte facilmente aos diferentes projetos que ela pretende estruturar. Cada projeto pode ter suas próprias equipes e recursos alocados de maneira mais flexível e eficiente.

Portanto, a afirmação está correta ao destacar as vantagens da departamentalização por projetos na estrutura organizacional.

35. ERRADO

A MATRIZ SWOT/FOFA faz parte do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO e é utilizada na fase de Diagnóstico Institucional, visando identificar pontos fortes e fracos (análise interna) da organização, assim como oportunidades e ameaças (análise externa), VEJAMOS:

ANÁLISE INTERNA (controláveis)

FORÇAS: são competências, ou seja, características positivas da organização.

FRAQUEZAS: são deficiências, ou seja, características negativas da organização.

ANÁLISE EXTERNA (incontroláveis)

OPORTUNIDADES: são condições favoráveis que podem ser usadas para que a organização alavanque o seu desempenho.

AMEAÇAS: são dificuldades que podem dificultar o desempenho da organização.

GESTÃO DE PESSOAS

36. ERRADO

Questão equivocada, na verdade tendem a ter o efeito oposto: podem dificultar a capacidade de adaptação a novas situações e inovações.



37. ERRADO

A QVT tem como objetivo o equilíbrio entre o bem-estar e a satisfação do funcionário e a sua produtividade e qualidade do trabalho desempenhado, e envolve aspectos físicos, ambientais e psicológicos do local de trabalho.

38. ERRADO

Na formulação de processos de gestão de pessoas por competências, devem-se priorizar a estrutura organizacional, em vez dos macroprocessos empresariais, e a estrutura de cargos, em vez da complexidade das atribuições exercidas pelos colaboradores.

A gestão por competências é uma abordagem estratégica, geralmente usada por profissionais de RH, que visa maximizar o desempenho e o crescimento da organização, concentrando-se no desenvolvimento das habilidades e conhecimentos individuais dos colaboradores.

39. ERRADO

Gestão do Clima Organizacional: Embora o setor de Recursos Humanos (RH) desempenhe um papel crucial na avaliação e implementação de estratégias para melhorar o clima organizacional, essa responsabilidade não é exclusiva desse departamento. A gestão do clima organizacional envolve a participação de todos os níveis hierárquicos da organização, incluindo a alta administração, gerentes e líderes de equipe. Todos os membros da organização contribuem para o ambiente de trabalho, e uma cultura organizacional positiva é resultado de esforços conjuntos.

Desenvolvimento de Lideranças: O desenvolvimento de lideranças é uma responsabilidade compartilhada entre o RH e os líderes atuais da organização. Programas de desenvolvimento de liderança são frequentemente coordenados pelo RH, mas a aplicação prática e o acompanhamento contínuo desse desenvolvimento requerem o envolvimento ativo dos próprios líderes e gestores de diversas áreas.

Gestão de Pessoas: A gestão de pessoas, embora coordenada pelo RH, é uma função que se estende a todos os níveis gerenciais da organização. Cada gerente ou supervisor tem a responsabilidade de gerir suas equipes diretamente, incluindo atividades como feedback, avaliação de desempenho, desenvolvimento profissional, e resolução de conflitos.

Portanto, embora o RH tenha um papel central nessas atividades, afirmar que são atribuições exclusivas dos órgãos de recursos humanos desconsidera a participação essencial de outros atores dentro da organização.

40. ERRADO

Em suma, os conflitos não podem ser ignorados de forma alguma. O líder deve identificar e trabalhar para solucioná-lo sempre que possível com uma solução ganha-ganha. Os conflitos de relacionamento/interpessoal geralmente envolvem situações complexas que são movidas pelos relacionamentos. São as incompatibilidades nas relações e, em geral, são disfuncionais. Isso não quer dizer que não seja possível tirar algum aprendizado da situação e ela se torne benéfica a organização.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**41. CERTO**

Orçamento-Base-zero: A cada exercício um novo planejamento será elaborado. Tem como característica a não existência de direitos adquiridos em relação ao ano anterior. É uma metodologia orçamentária ou tipo de orçamento, onde exige que todas as despesas dos órgãos ou das entidades públicas, os programas ou projetos governamentais sejam detalhadamente justificados a cada ano, como se cada item de despesa se tratasse de uma nova iniciativa do governo. Não é aplicado no Brasil. Alguns especialistas afirmam que o Orçamento Base

Zero é uma técnica orçamentária, e não um orçamento propriamente dito. Nesse sentido, é possível utilizar essa técnica juntamente com o Orçamento Programa.

42. ERRADO

Os créditos adicionais suplementares que são destinados ao reforço de dotação orçamentária.

-

Lei 4320/64

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - **suplementares**, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - **especiais**, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - **extraordinários**, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

43. CERTO

Os orçamentos são classificados em:

Natureza

Fonte/Destinação

Indicador de resultado primário

Esfera orçamentária (que tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, seguridade ou investimento)

44. CERTO

LDO - Sua principal função é estabelecer as diretrizes, metas e despesas de capital do governo para o exercício financeiro seguinte, determinando o orçamento anual dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como do MP; Na prática, a LDO funciona como um ajuste anual das metas estipuladas no Plano Plurianual (PPA), sendo concebida estrategicamente para garantir a consistência e a solidez dessas metas; Em suma, a LDO desempenha um papel essencial na definição das ações, projetos e atividades a serem realizadas pela Administração Pública, garantindo a eficiência e a transparência na aplicação dos recursos públicos; e Conforme a LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentária disporá sobre (art. 4º): Equilíbrio entre receitas e despesas; Critérios e forma de limitação...

45. ERRADO

LEI 4320, Art. 11, § 3º - O superavit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item de receita orçamentária.

Receitas Correntes: 5.000 < Despesas Correntes: 6.000

DIREITO CONSTITUCIONAL**46. ERRADO**

De acordo com o exposto no Art.144, a Polícia Militar é que é responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública. § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

47. ERRADO

Art. 5º, inciso LXII da CF/88 - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada; Art. 306 do CPP A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Não há necessidade de justificar a escolha da comunicação feita!

48. CERTO

A competência do Tribunal do Júri para julgamento dos crimes dolosos contra a vida está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXVIII, "d". Somente por estar na Constituição, tal competência não poderia ser alterada por lei complementar, mas por emenda constitucional, já que este é o procedimento definido na Constituição, em seu artigo 60, para que haja alteração em seu corpo. Além disso, estando no artigo 5º a mencionada competência, é, na verdade, garantia individual, não podendo ser suprimida nem por emenda constitucional, como informa o artigo 60, § 4º, da CF, ao afirmar que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais".

DIREITO ADMINISTRATIVO**49. CERTO**

Poder Judiciário não pode interferir na discricionariedade da Administração Pública. O controle judicial dos atos administrativos apenas podem ser referentes à ANULAÇÃO do ato por vício de legalidade.

Já a revogação do ato, por critérios e conveniência e oportunidade, apenas a própria Administração pode fazer.

50. CERTO

Art. 17, § 1º da Lei 8.429 - As ações de que trata este artigo admitem a celebração de acordo de não persecução cível, nos termos desta Lei. É possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal. STJ AREsp 1.314.581/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 23/02/2021.

DIREITO PENAL**51. CERTO**

A embriaguez completa é excludente de culpabilidade, e não de ilicitude. Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: § 1º - É isento de pena (Excludente de culpabilidade) o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

52. ERRADO.

O crime de desacato exige o dolo do agente em menosprezar, ofender, humilhar, desprestigiar, o funcionário público que está no exercício da sua profissão ou em razão dela. Na hipótese, não está presente o dolo de desacatar um funcionário público, havendo mero animus jocandi ou, no máximo, intenção de crítica humorada à instituição policial. O intuito jocoso e satírico direcionado a uma instituição, além de estar respaldado pelo direito constitucional à liberdade de expressão, não configura, em nenhuma hipótese, crime contra a administração pública.

53. ERRADO

Tudo o que o examinador escreveu faz sentido, no que diz respeito ao direito processual penal, pois as penas idênticas devem realmente ser computadas umas nas outras. Ou seja, Jurandir deveria ter o direito ao abatimento da pena cumprida no estrangeiro, o que limitaria a pena a ser cominada no Brasil para até quatro anos e dois meses. Entretanto, há algo de mais importante que torna essa assertiva incorreta. Jurandir foi punido por tráfico internacional de drogas (crime praticado por brasileiro fora do Brasil), que é hipótese de extraterritorialidade **CONDICIONADA**. E lembre-se que, em tais hipóteses, se o autor cumprir pena no estrangeiro, não mais poderá ser processado pelo mesmo fato no Brasil! O cálculo de computar uma pena na outra, para que o indivíduo cumpra apenas o que sobrar, é para casos de extraterritorialidade incondicionada, ou para casos de territorialidade. Como o fato praticado por Jurandir está submetido à regra de extraterritorialidade condicionada, ficou faltando uma das condições para que ele pudesse ser processado no Brasil (não ter cumprido pena no exterior). Sendo assim, não poderá ser punido de forma alguma. Não há que se falar na possibilidade de cumprir até quatro anos e dois meses de pena por aqui. Ele já cumpriu o que deveria ao ser apenado no estrangeiro!

54. ERRADO

Art. 1º, Lei nº 9.455/97 - Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

55. ERRADO

O item está errado, pois a redação literal do art. 1º, I, da Lei dos Crimes Hediondos trata sobre a hediondez dos crimes praticados em atividade típica de “grupos de extermínio” e não “milícia”, conceitos que tecnicamente não são sinônimos:

“Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados:

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX)”.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**56. ERRADO**

Não se admite transação penal em crimes de médio potencial ofensivo (cuja pena privativa de liberdade mínima seja igual ou inferior a um ano e a máxima seja superior a 2 anos). A transação penal é admissível em crimes de menor potencial ofensivo (cuja pena privativa de liberdade não seja superior a 2 anos) e em contravenções penais.

57. ERRADO

É bem verdade que cabe a prisão temporária no crime de latrocínio (roubo qualificado pelo resultado morte - art. 157, § 3º, segunda parte, CP)...

Art. 1º, Lei nº 7.960/89 - Caberá prisão temporária:

I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

c) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);

... mas, o detalhe é que estamos na fase investigativa, e a Lei nº 7.960/89 (Lei da prisão temporária) prevê de modo expresso que a prisão temporária será decretada pelo juiz, somente em face da representação do delegado ou de requerimento do MP. Logo, não cabe ao juiz decretá-la de ofício.

Art. 2º, Lei nº 7.960/89 - A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

58. CERTO

Nota de Culpa - É o instrumento pelo qual é dada ciência ao preso do motivo de sua prisão, bem como de quem o prendeu. É um requisito extrínseco do APF (Ação de Prisão em Flagrante), sendo que a sua falta irá ocasionar o relaxamento da prisão:

Segundo o Art. 306 do CPP, o prazo será de 24 horas, daí que a jurisprudência vem entendendo que aplica-se, por analogia, o Art. 306 à hipótese prevista no Art. 5º, LXII, da CF que diz que toda prisão deverá ser comunicada imediatamente ao Juiz.

Art. 306. Dentro em 24 (vinte e quatro) horas depois da prisão, será dada ao preso nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

Parágrafo único. O preso passará recibo da nota de culpa, o qual será assinado por duas testemunhas, quando ele não souber, não puder ou não quiser assinar.

OBS: É importante na realização do A.P.F (auto de prisão em flagrante) a observância do Art. 304 do CPP, devendo ser ouvido inicialmente o condutor, as testemunhas e por último o preso, sendo que apesar do código falar testemunhas, a jurisprudência admite a hipótese de haver apenas UMA testemunha, sendo que o condutor servirá também como testemunha da realização do ato (Lavatura do Auto).

59. ERRADO

O termo circunstanciado de ocorrência (TCO) é documento de conteúdo fático e valor jurídico, instrumento de polícia judiciária para registro de um fato tipificado como contravenção penal, independente do quantum da pena, ou infração de menor potencial ofensivo, ou seja, os crimes que tenham a pena máxima cominada em até dois anos de cerceamento de liberdade ou multa. Constitui peça indispensável para o conhecimento e julgamento por parte do Juizado Especial Criminal.

60. ERRADO

As intervenções corporais no acusado (Provas Invasivas), para doutrina, são consideradas como violação do nemo tenetur se detegere (ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo). As intervenções corporais coercitivas no processo penal, quando invasivas, violam a dignidade humana, destacadamente quando se pensa na fórmula-objeto de Dürig. Já as leves ou não invasivas, mesmo quando coercitivas, em razão da insignificância das mesmas, são toleradas e admissíveis.

DIREITO PENAL MILITAR

61. CERTO

WWW.CUCACONCURSOS.COM.BR



61982586565

CP - Teoria Monista ou Unitária

Art. 29 Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

CPM - Teoria Monista ou Unitária

Art. 53- Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

62. CERTO

Indignidade para o oficialato

Art. 100. Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem ou cobardia, ou em qualquer dos definidos nos arts: 161, 235, 240, 242, 243, 244, 245, 251, 252, 303, 304, 311 e 312.

Art. 161. Desrespeito a símbolo nacional

Art. 235. Pederastia ou outro ato de libidinagem

Art. 240. Furto simples

Art. 242. Roubo simples

Art. 243. Extorsão simples

Art. 244. Extorsão mediante seqüestro

Art. 245. Chantagem

Art. 251. Estelionato

Art. 252. Abuso de pessoa

Art. 303. Peculato

Art. 304. Peculato mediante aproveitamento do êrro de outrem

Art. 311. Falsificação de documento

Art. 312. Falsidade ideológica

63. ERRADO

O entendimento do STM é no sentido de que não se aplicam as penas do art. 28 da Lei de Drogas quando estivermos diante de crime militar, uma vez que incompatíveis com o valores que norteiam a realidade do combate às drogas em ambiente militar.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DPU. OMISSÃO QUANTO AO EXAME DA LEI Nº 13.491/2017. NOVATIO IN MELLIUS. INOCORRÊNCIA. INSTITUTOS DESPENALIZADORES DA LEI Nº 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. EMBARGOS A QUE SE REJEITA. Não procede a alegação defensiva de que o advento da Lei nº 13.491/17 constitui “novatio in mellius”. As alterações trazidas pela referida norma não modificam o caráter especial do CPM, apenas ampliam o rol das condutas consideradas crimes militares, não revogando ou derogando as regras inerentes aos crimes militares, e respectivas sanções, previstas no Código Penal Militar. Assim sendo, tais modificações em nada beneficiam o Réu. O simples advento da nova lei não tem o condão de alterar o entendimento consolidado desta Corte Castrense sobre a não aplicação das penas alternativas previstas na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06), ou do Princípio da Insignificância, a casos como o versado nos autos, eis que, incompatíveis com valores que norteiam a realidade do combate às drogas em ambiente militar, cujo porte e uso malferem a segurança e a integridade física intramuros e coloca em risco a higidez e a operacionalidade da tropa, necessárias ao atendimento das suas obrigações constitucionais. Ademais, o dispositivo do art. 290 do Código Penal Militar busca, além de garantir a repressão e a prevenção, assegurar a manutenção das bases estruturantes das Forças Armadas, quais sejam, os Princípios da Hierarquia e da Disciplina. Embargos de Declaração rejeitados. Decisão unânime. (STM – ED 7000118-68.2017.7.00.0000, Relator Ministro LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES. Publicação em 09/04/2018.)



DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**64. ERRADO**

CPPM: art. 29. A ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia de Ministério Público Militar.

1 - A ação penal é sempre pública e, em regra, incondicionada.

2- No caso de inércia do Ministério Público, é cabível ação penal privada subsidiária da pública.

3 -Por exceção: condicionada à requisição: privada subsidiária da pública, NÃO há nenhum crime que se proceda mediante a representação do ofendido.

65. ERRADO

Medidas preliminares ao inquérito

Art. 12. Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal

c) efetuar a prisão do infrator

a incomunicabilidade do indiciado:

Prazo= máximo 3 dias.

DIREITO CIVIL**66. CERTO.**

Código Civil Art. 206-A. A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste CC e observado o 921 do CPC. Lei nº 14382/22

67. CERTO

Código Civil: Art. 206. Prescreve:

§ 3 Em três anos:

I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

68. CERTO

Art. 945. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.

No caso de culpa exclusiva ela retira a responsabilidade do autor, portanto, não haverá responsabilização/indenização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**69. ERRADO**

Consoante art. 246 do CPC/2015:

Art. 246. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

§ 1º-C Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.



[...]

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.

O erro da questão está em afirmar que a conduta do Município configura litigância de má-fé, quando, em verdade, se trata de ato atentatório à dignidade da justiça.

70. ERRADO

CPC/ Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CC/ Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.

Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

